



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
DIRETORIA DE SUSTENTABILIDADE E HORTO MUNICIPAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. Registro de Preços para aquisição de mobiliário urbano, compreendendo bancos públicos, lixeiras e floreiras
- 1.2. Ata de Registro de Preços com vigência de 12 (doze) meses prorrogável por igual período, se houver vantajosidade.
- 1.3. Renovação do quantitativo originalmente registrado em caso de prorrogação.
- 1.4. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, mediante solicitação da contratada, o valor dos itens poderão ser reajustados aplicando-se o índice IPCA.
- 1.5. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

Lote	Item	Descrição técnica detalhada	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	119141-Lixeira redonda 100% ecológica individual - Lixeira de 1 cesto com capacidade mínima de 35 litros e máxima de 70 litros, sem tampa, com aro e fundo na cor preta. As tábuas são de madeira plástica maciça para mobiliário urbano ecologicamente correto, alta durabilidade, resistente ao sol, maresia, cupins, reciclável e não tóxico, produzidas em polietileno 100% reciclado e reciclável, extrudado, em processo contínuo e pigmentado, nas cores: marrom, amadeirado ou similar. Devendo ser sustentada por pés resistentes, ficando a abertura do cesto na altura mínima de 100 cm do chão.	100 un	R\$390,00	R\$ 39.000,00
	2	119137-Conjunto de Lixeiras de Coleta Seletiva com 4	100 un	R\$	R\$





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

		cestos - Lixeira conjugada, coletiva e seletiva em madeira plástica maciça com 4 cestos. Tampa plástica colorida conforme padrão da coleta seletiva. A lixeira é fabricada em perfis de madeira plástica maciça, produzidas em polietileno 100% reciclado e reciclável, extrudado, em processo contínuo e pigmentado, nas cores: marrom, amadeirado ou similar. Fundo e aro na cor preta. Cada cesto possui capacidade mínima de 35 litros e máxima de 70 litros. Devendo ser sustentadas por pés resistentes, ficando a abertura do cesto na altura mínima de 100 cm do chão.		1.090,00	109.000,00
	3	119138- Vaso Cachepot de Madeira Plástica para Plantas Produzido em tábuas de madeira plástica maciça na cor marrom/ipê, medindo 70cm de altura. Com acabamento preto de polipropileno de alta resistência. Podendo ser redondo ou quadrado, a largura/diâmetro total é de 50cm. Entregues em kits para montagem contendo todas as peças e acessórios necessários (tábuas, acabamentos, arruelas, porcas, parafusos, manual e chaves para aperto)	50 un	R\$ 556,41	R\$ 27.820,50
2	4	119142-Banco de Jardim em Madeira Plástica com Encosto para Três pessoas - Banco ecológico com madeira plástica fabricado através de polímeros plásticos reciclados. A sustentação do banco é feito por três pés reforçados, injetados em polipropileno reciclado mais anti-UV, na cor preta, as bases de apoio dos pés que ficam em contato com o chão tem largura suficiente para poder fixar através de parafusos o banco ao chão. A estrutura é composta por 4 réguas de madeira plástica, na cor Marrom, sendo 02 no assento e 02 no encosto com ≈ 13cm de largura e ≈3cm de espessura. Estas tabuas de madeira plástica maciça são produzidas em polietileno 100% reciclado e reciclável, extrudado, em processo contínuo e pigmentado. as pontas superiores de cada tabua são boleados para dar maior conforto, por ser maciça, as tabuas deveram ter a sua cor uniforme em toda a sua estrutura, tanto interna com o externa. Entregues em kits para montagem contendo todas as peças e acessórios necessários (tábuas, pés, travas, arruelas, porcas, parafusos, manual e chaves para aperto) - Tamanhos aproximados:	100 un	R\$ 890,00	R\$ 89.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo

CEP 83.601-630

CNPJ: 76.105.618/0001-88





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

	COMPRIMENTO TOTAL : 150 cm PROFUNDIDADE TOTAL: ≈ 56 cm ALTURA TOTAL: Entre 71 e 81 cm PROFUNDIDADE DO ASSENTO: Entre 32 e 42 cm ALTURA DO ASSENTO NO CHÃO: Entre 38 e 45 cm PESO: ≈ 30 kg ESPESSURA DOS PÉS: ≈10 cm SUPORTA ≈450 kg			
5	119143- Banco de Jardim em Madeira Plástica COLORIDA com Encosto para Três adultos ou 4 a 5 crianças - Banco ecológico com madeira plástica fabricado através de polímeros plásticos reciclados. A sustentação do banco é feito por três pés reforçados, injetados em polipropileno reciclado mais anti-UV, na cor preta, as bases de apoio dos pés que ficam em contato com o chão tem largura suficiente para poder fixar através de parafusos o banco ao chão. A estrutura é composta por 4 réguas de madeira plástica, nas cores azul, vermelha, verde, amarela a escolha no momento do pedido (podendo escolher as 4 cores por banco), sendo 02 no assento e 02 no encosto com ≈ 13cm de largura e ≈3cm de espessura. Estas tabuas de madeira plástica maciça são produzidas em polietileno 100% reciclado e reciclável, extrudado, em processo contínuo e pigmentado. as pontas superiores de cada tabua são boleados para dar maior conforto, por ser maciça, as tabuas deveram ter a sua cor uniforme em toda a sua estrutura, tanto interna com o externa. Entregues em kits para montagem contendo todas as peças e acessórios necessários (tábuas, pés, travas, arruelas, porcas, parafusos, manual e chaves para aperto) - Tamanhos aproximados: COMPRIMENTO TOTAL : 150 cm PROFUNDIDADE TOTAL: ≈ 56 cm ALTURA TOTAL: Entre 71 e 81 cm PROFUNDIDADE DO ASSENTO: Entre 32 e 42 cm ALTURA DO ASSENTO NO CHÃO: Entre 38 e 45 cm PESO: ≈ 30 kg ESPESSURA DOS PÉS: ≈10 cm SUPORTA ≈450 kg	100 un	R\$ 699,00	R\$ 69.900,00
6	119144- Banco de jardim em madeira plástica, sem encosto, medindo 2,00m comprimento - Banco ecológico com madeira plástica reforçado,	100 un	R\$ 702,00	R\$ 70.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Avenida Padre Natal Pigatto, 925 - Centro Administrativo

CEP 83.601-630

CNPJ: 76.105.618/0001-88





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

	<p>fabricado através de polímeros plásticos reciclados. A sustentação do banco é feito por pés reforçados, injetados em polipropileno reciclado mais anti-UV, na cor preta, as bases de apoio dos pés que ficam em contato com o chão possuem $\approx 75\text{mm}$ de largura para poder fixar através de parafusos o banco ao chão. A estrutura é composta por réguas de madeira plástica, na cor marrom/ipê, com $\approx 3\text{cm}$ de espessura. Estas tabuas de madeira plástica maciça são produzidas em polietileno reciclado e reciclável, extrudado, em processo contínuo e pigmentado. As pontas superiores de cada tabua são boleados para dar maior conforto, por ser maciça, as tabuas deveram ter a sua cor uniforme em toda a sua estrutura, tanto interna com o externa. Entregues em kits para montagem contendo todas as peças e acessórios necessários (tábuas, pés, travas, arruelas, porcas, parafusos, manual e chaves para aperto)</p> <p>- Tamanhos aproximados: COMPRIMENTO TOTAL : 200 cm ALTURA TOTAL: $\approx 45\text{ cm}$ PROFUNDIDADE DO ASSENTO: $\approx 42\text{ cm}$ ESPESSURA DOS PÉS: $\approx 10\text{ cm}$</p>			
--	---	--	--	--

1.5.1. O valor estimado para a aquisição dos equipamentos e utensílios é de R\$ 404.920,50

1.6. Os bens objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme a Lei federal nº 14.133/2021, Art 6º: "XIII.

1.7. O objeto dessa contratação não se enquadra como bem de luxo conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A Administração Pública necessita adquirir mobiliário urbano, compreendendo bancos públicos, lixeiras e floreiras, destinados à instalação em praças, parques, vias públicas e demais espaços de convivência do Município de Campo Largo/PR.

A demanda apresenta caráter variável quanto à quantidade e local de instalação, considerando a necessidade de troca do mobiliário já instalado devido a depreciação causada





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

pelo tempo. Desta forma, não é possível definir previamente, com precisão, o quantitativo exato a ser contratado, razão pela qual a contratação por registro de preços se mostra a alternativa mais adequada para atender as necessidades da Administração de forma eficiente, tempestiva e econômica.

A revitalização e qualificação dos espaços públicos, assegura conforto e bem-estar aos usuários, incentiva à permanência e promove qualidade ambiental nos espaços coletivos já que incentiva o descarte ambientalmente adequado de resíduos sólidos, alinhando-se às políticas municipais de sustentabilidade, educação ambiental e valorização dos espaços públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A empresa contratada será responsável pela entrega dos seguintes produtos:

3.1. Lixeira redonda 100% ecológica individual:

3.1.1. Produzida em madeira plástica maciça;

3.1.2. Possui cesto com capacidade mínima de 35 litros e máxima de 70 litros, sem tampa;

3.1.3. Fundo e aro na cor preta;

3.1.4. Sustentada por pés resistentes, ficando a abertura do cesto na altura mínima de 100 cm do chão.

3.2. Conjunto de Lixeiras de Coleta Seletiva com 4 cestos:

3.2.1. Lixeira conjugada, coletiva e seletiva em madeira plástica maciça;

3.2.2. Com 4 cestos e tampas coloridas conforme padrão de coleta seletiva;

3.2.3. A lixeira é fabricada em perfis de madeira plástica maciça nas cores: marrom, amadeirado ou similar ou verde, vermelho, azul e amarelo, produzidas em polietileno 100% reciclado e reciclável, extrudado, em processo contínuo e pigmentado;

3.2.3. Cesto com capacidade mínima de 35 litros e máxima de 70 litros;





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

3.2.4. Sustentada por pés resistentes, ficando a abertura do cesto na altura mínima de 100 cm do chão;

3.2.5. Tampa plástica colorida conforme padrão da coleta seletiva;

3.2.6. Fundo e aro na cor preta

3.3. Vaso Cachepot de Madeira Plástica para Plantas

3.3.1. Produzido em tábuas de madeira plástica maciça na cor marrom/ipê;

3.3.2. Altura aproximada de 70 cm, podendo ser redondo ou quadrado, a largura/diâmetro total é de 50cm;

3.3.3. Com acabamento preto de polipropileno de alta resistência.

3.4. Banco de Jardim em Madeira Plástica com Encosto para Três pessoas

3.4.1. Fabricado através de polímeros reciclados;

3.4.2. Sustentado por três pés reforçados, injetados em polipropileno reciclado mais anti-UV, na cor preta;

3.4.3. Composto por 4 réguas de madeira plástica maciça, na cor marrom/ipê, sendo 02 no assento e 02 no encosto com ≈ 13 cm de largura e ≈ 3 cm de espessura;

3.4.4. Cor uniforme em toda a sua estrutura, tanto interna como a externa;

3.4.5. Entregues em kits para montagem contendo todas as peças e acessórios necessários (tábuas, pés, travas, arruelas, porcas, parafusos, manual e chaves para aperto)

3.4.6. Medidas aproximadas:

3.4.6.1. Comprimento Total: 150 cm

3.4.6.2. Profundidade Total: ≈ 56 cm

3.4.6.3. Altura Total: Entre 71 e 81 cm

3.4.6.4. Profundidade do Assento: Entre 32 e 42 cm

3.4.6.5. Altura do Assento ao Chão: Entre 38 e 45 cm

3.4.6.6. Peso: ≈ 30 kg





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

3.4.6.7. Espessura dos pés: ≈ 10 cm

3.4.6.8. Suporta: ≈ 450 kg

3.5. Banco de Jardim em Madeira Plástica COLORIDA com Encosto para Três adultos ou 4 a 5 crianças:

3.5.1. Banco ecológico com madeira plástica fabricado através de polímeros reciclados;

3.5.2. Sustentado por três pés reforçados, injetados em polipropileno reciclado mais anti-UV, na cor preta;

3.5.3. Composto por 4 réguas de madeira plástica, nas cores azul, vermelha, verde, amarela a escolha no momento do pedido (podendo escolher as 4 cores no banco), sendo 02 no assento e 02 no encosto com ≈ 13 cm de largura e ≈ 3 cm de espessura;

3.5.4. Cor uniforme em toda a sua estrutura, tanto interna com o externa;

3.5.5. Entregues em kits para montagem contendo todas as peças e acessórios necessários (tábuas, pés, travas, arruelas, porcas, parafusos, manual e chaves para aperto)

3.5.6. Medidas aproximadas:

3.5.6.1. Comprimento Total: 150 cm

3.5.6.2. Profundidade Total: 56 cm

3.5.6.3. Altura Total: Entre 71 e 81 cm

3.5.6.4. Profundidade do Assento: 32 e 42 cm

3.5.6.5. Altura do Assento ao Chão: Entre 38 e 45 cm

3.5.6.6. Peso: ≈ 30 kg

3.5.6.7. Espessura dos pés: ≈ 10 cm

3.5.6.8. Suporta: ≈ 450 kg

3.6. Banco de jardim em madeira plástica, sem encosto, medindo 2,00m comprimento:

3.6.1. Banco ecológico com madeira plástica fabricado através de polímeros reciclados sem encosto;





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

3.6.2. Sustentado por pés reforçados, injetados em polipropileno reciclado mais anti-UV, na cor preta, as bases de apoio dos pés que ficam em contato com o chão possuem $\approx 75\text{mm}$ de largura para poder fixar através de parafusos o banco ao chão;

3.6.3. Composto por réguas de madeira plástica, na cor marrom/ipê, com $\approx 3\text{cm}$ de espessura;

3.6.4. Tábuas de madeira plástica maciça produzidas em polipropileno 100% reciclado e reciclável, extrudado, em processo contínuo e pigmentado;

3.6.5. Cor uniforme em toda a sua estrutura, tanto interna com o externa;

3.6.6. Entregues em kits para montagem contendo todas as peças e acessórios necessários (tábuas, pés, travas, arruelas, porcas, parafusos, manual e chaves para aperto);

3.6.7. Medidas aproximadas:

3.6.7.1. Comprimento Total: 200 cm

3.6.7.2. Altura Total: $\approx 45\text{ cm}$

3.6.7.3. Profundidade do Assento: $\approx 42\text{ cm}$

3.6.7.4. Espessura dos pés: $\approx 10\text{ cm}$

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Utilizar materiais e tecnologias ambientalmente sustentáveis e atender às normas ambientais aplicáveis, incluindo as disposições das Resoluções CONAMA e demais regulamentações pertinentes.

4.2. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos.

4.3. Caberá única e exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga e montagem de alguns dos materiais (conforme tabela), para entrega dos produtos.

4.4. Os produtos deverão ser fornecidos de forma parcelada, conforme demanda da CONTRATANTE.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

4.5. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a CONTRATANTE não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

Prazos de Entrega

4.6. A entrega deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da cópia da Nota de Empenho.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Considerando a natureza do objeto, entende-se que não há necessidade de exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, uma vez que:

4.8.1. Baixo risco na execução do objeto – O objeto possui baixo grau de complexidade técnica, execução simples, padronizada e amplamente ofertada no mercado, não demandando investimentos significativos por parte da contratada, tampouco apresentando riscos relevantes de inadimplemento capazes de justificar a exigência de garantia.

4.8.2. Custo adicional da garantia pode elevar os preços ofertados – A exigência de garantia onera os licitantes, que tendem a acrescentar esse custo aos preços, refletindo-se em aumento dos preços ofertados e potencial restrição à competitividade do certame, em afronta aos princípios da economicidade, da eficiência e da ampla concorrência.

4.8.3. Proporcionalidade e razoabilidade – A Administração deve observar o princípio da proporcionalidade previsto no art. 5º, da Lei 14.133/2021, evitando imposições desnecessárias ou excessivas. Considerando as características da contratação, o baixo risco de inadimplemento e a pronta reposição dos itens, entende-se que a exigência de garantia não se mostra proporcional nem necessária.

4.9. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021): Na presente contratação não será solicitado marca pois os itens são solicitados conforme descritos no item 1.1.1 do presente termo de referência.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os produtos serão fornecidos de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.

5.2. Caso haja algum objeto que tenha sido entregue em divergência com todos os itens constantes neste termo, será recusado sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA para substituição imediata.

5.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega estabelecido neste termo, deverá informar imediatamente à CONTRATANTE, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do não cumprimento do prazo, e o novo prazo previsto para entrega.

5.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela CONTRATANTE na forma da lei e de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida.

5.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, a CONTRATADA deverá providenciar a entrega, respeitando o prazo inicial, e caso não, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na entrega.

5.6. A CONTRATADA deverá substituir qualquer objeto que apresente defeito, ou esteja fora das especificações.

5.7. A CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima conforme a legislação aplicável, bem como prestar orientações quanto ao uso adequado e à manutenção básica dos produtos, quando necessário.

5.8. A CONTRATADA deverá assegurar garantia técnica mínima de 12 (doze) meses sobre todos os itens fornecidos, considerando possíveis defeitos de fabricação, contados a partir da data de entrega definitiva, com assistência técnica ou substituição do item que apresente defeito ou inconformidade, sem ônus para a Administração.

5.9. A CONTRATADA será a responsável pelo transporte até os locais de entrega indicados pela Administração.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

6. GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumprida de imediato.

6.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá as seguintes rotinas:





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

6.9.1. Acompanhamento do recebimento dos produtos nos locais de entrega, para verificação de marca e qualidade do mesmo.

GESTOR DO CONTRATO

6.10. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. O produto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6. O fornecedor deve protocolar o pedido de pagamento através do autoatendimento da Prefeitura Municipal de Campo Largo, apresentando a nota fiscal junto com uma cópia da nota de empenho e das certidões negativas válidas da união, da esfera trabalhista, do FGTS, além das estaduais e municipais (referente ao Município de Campo Largo – PR), conforme consta no edital da licitação. O protocolo deve ser feito em nome do fornecedor (empresa). As certidões que eventualmente não contenham data de validade em si, deverão ter sido emitidas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do procedimento licitatório;

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.8.1. o prazo de validade;
- 7.8.2. a data da emissão;
- 7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.8.5. o valor a pagar; e





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME no 77, de 2022.

FORMA DE PAGAMENTO

7.17. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTE

7.22. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/2026.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

7.23. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.24. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.25. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.26. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.27. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.28. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.29. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta será o menor preço.

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando o critério MENOR PREÇO POR LOTE.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento será de forma parcelada conforme demanda da CONTRATANTE, visto que trata-se de uma Ata de Registro de Preços.

Exigências de habilitação

Habilitação Jurídica





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

8.20. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.22. O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba-PR.

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais,

8.23.1. Independentemente da estrutura societária, regime jurídico ou porte empresarial, todos os licitantes deverão apresentar balanços patrimoniais e demonstração dos resultados do exercício, incluindo os MEIs, as MEs e as EPPs. Os balanços devem ser elaborados por profissional de contabilidade devidamente habilitado, em conformidade com as normas contábeis vigentes, e ainda, estar devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão equivalente (TCE-PR, Processo nº 243570/23, Acórdão nº 760/2023, Tribunal Pleno, Rel. Cons. Fabio de Souza Camargo, julgado em 10/04/2023, veiculado em 19/04/2023)."

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. Contrato Social com a última alteração e ou Estatuto;





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

8.29. Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal – INSS

8.30. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.31. Certidão Negativa de Débitos Estadual;

8.32. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.33. Certidão do FGTS.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.6. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.7.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

9.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.10.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de 404.920,50 (quatrocentos e quatro mil, novecentos e vinte reais e cinquenta centavos).





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação;

AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VÍNCULO
2065	3449052	1439	000

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A contratada será responsável por todos os custos relacionados à execução dos objetos licitados, incluindo mão de obra, deslocamentos, materiais e equipamentos necessários.

12.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada por equipe técnica designada pela Prefeitura de Campo Largo.

12.3. Casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente de Campo Largo, em conformidade com as normas legais aplicáveis.

13. RESPONSÁVEIS

Campo Largo, 13 de março de 2026

ANTONIO CARLOS BERTOJA

Getor do Contrato





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

VIRGINIA PRADO SCHIAVON
Fiscal do Contrato

Gian Lucas Bolde
Fiscal suplente do Contrato

Thiago Teixeira de Lima
Secretário Municipal de Meio Ambiente

